

O Arranjo Produtivo de Tobias Barreto-SE: limites e potencialidades

Cid Olival Feitosa

- * *Mestrando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.*
- * *Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.*
- * *Especialista em Desenvolvimento Econômico Local.*
- * *Universidade Federal de Sergipe (UFS).*
- * *Graduado em Economia.*
- * *Universidade Federal de Sergipe (UFS).*

Resumo

O presente artigo examina a importância da proximidade territorial e do relacionamento entre firmas e instituições para o desenvolvimento econômico de uma determinada região. Procura resgatar as teorias de desenvolvimento regional e apresenta as transformações históricas que fizeram emergir as teorias de desenvolvimento econômico local. Expõe os fatores essenciais para qualquer estratégia de desenvolvimento econômico de base local e analisa o desenvolvimento recente do município de Tobias Barreto, buscando refletir se as ações implementadas naquela cidade têm sido capazes de promover um verdadeiro desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave:

Desenvolvimento Econômico Local; Arranjo Produtivo Local; Aglomerações Industriais.

1 – INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento local têm assumido um papel de destaque na promoção do desenvolvimento econômico, em decorrência das transformações ocorridas nos processos produtivos que tendem a valorizar cada vez mais o conhecimento e a informação em detrimento dos recursos materiais.

A inovação surge como fator estratégico de competitividade para as empresas e os processos de aprendizagem tornam-se fundamentais para a geração e difusão dessas inovações. Assim, os formatos organizacionais que privilegiam a interação e a atuação conjunta dos diversos agentes econômicos mostram-se mais adequados para promover a geração, aquisição e difusão do conhecimento e inovação, proporcionando a criação de vantagens competitivas duradouras para as regiões onde estão circunscritos.

Baseado na problemática dos sistemas e arranjos produtivos locais, o presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma o estímulo de ações cooperativas e os processos interativos de aprendizagem no município de Tobias Barreto têm contribuído para o desenvolvimento econômico e social da região.

O trabalho está estruturado em sete seções, além desta introdução. Na seção de número dois, faz-se uma breve retrospectiva acerca das principais teorias de desenvolvimento regional utilizadas desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em seguida são apresentados os principais fatores que fizeram com que as políticas de desenvolvimento regional fossem sendo gradativamente substituídas por políticas localizadas.

Na seção quatro, são apresentados os principais modelos de desenvolvimento econômico local e as vantagens advindas das economias de aglomeração, ressaltando-se, na seção seguinte, os fatores considerados dinâmicos e essenciais para qualquer estratégia de desenvolvimento, a saber, a inovação, o conhecimento e o aprendizado interativo.

Na seção seis, procede-se ao estudo do desenvolvimento recente do município de Tobias Barreto,

em Sergipe, dadas as ações que vêm sendo desenvolvidas para estimular o setor de confecção e alavancar um desenvolvimento econômico e social autônomo e sustentável ao longo do tempo. A sétima e última seção é dedicada às considerações finais.

2 – REVISITANDO AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Até o início da década de 1970, as teorias econômicas de desenvolvimento defendem a noção de crescimento desequilibrado, em que determinadas regiões constituem-se como pólos de crescimento, estendendo-se para outras regiões através de uma cadeia de desequilíbrios. Diversos autores, com enfoques teóricos variados, buscam explicar o desenvolvimento econômico a partir dos desequilíbrios regionais.

Partindo da noção de “Pólo de Crescimento”, de Perroux (1977), desenvolvida ao longo das décadas de 1940 e 1950, busca-se explicar as razões do processo de concentração e o papel de empresas líderes no processo de crescimento regional. Baseada na teoria schumpeteriana do desenvolvimento, que tem a inovação tecnológica como elemento central da dinâmica de crescimento econômico, a teoria da polarização defende a idéia de que o crescimento não aparece em toda parte, manifestando-se em pontos ou pólos industriais, através de canais e efeitos diversos (DINIZ, 2001). A aglomeração territorial de indústrias acaba determinando o surgimento de um pólo industrial complexo que, a partir da intensificação das atividades econômicas, gera novos padrões de consumo, promovendo o aumento de necessidades coletivas, como habitação, transportes, serviços públicos, colaborando também para a formação de empresários e trabalhadores qualificados. A constituição desses pólos industriais acabaria modificando o meio geográfico, gerando uma acumulação de recursos, tanto materiais quanto humanos, que seria traduzida pelas disparidades inter-regionais (PIRES, 1998).

Mais tarde, Myrdal (1960) aborda a desigualdade do desenvolvimento econômico, com a noção

de “Causação Circular Cumulativa”, reforçando a idéia de que o jogo das forças de mercado tende a aumentar, e não a reduzir, as desigualdades entre as regiões. A explicação está no fato de algumas regiões apresentarem condições favoráveis de acesso a determinados fatores de produção e vantagens competitivas, advindas da concentração. A existência de economias internas e externas em tais regiões e a adoção de inovações tecnológicas, incorporadas nos investimentos e nos bens de capital, aumenta a produtividade e a competitividade das regiões, fazendo com que o capital e os recursos humanos desloquem-se para as regiões mais desenvolvidas, perpetuando as desigualdades (BENITEZ, 1998).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Hirschman (1961), com seus “Efeitos para Frente e para Trás”, argumenta que o desenvolvimento é por natureza desequilibrado e que determinadas regiões devem ser pólos de crescimento, que serão estendidos para outras regiões, através de uma cadeia de desequilíbrios (DINIZ, 2001).

Nos anos 1960, segundo Benko (1999), domina a “Teoria das Etapas de Crescimento”, em que cada área geográfica percorreria os mesmos estágios de crescimento mencionados no esquema histórico de Clark (1951), passando de atividades primárias para secundárias e, por fim, terciárias. Mas, nem todos os países promoveriam o desenvolvimento no mesmo instante, pois cada país teria um momento próprio para dar início ao seu crescimento, o que explicaria o subdesenvolvimento relativo de alguns países em relação a outros. Além disso, os produtos inventados nas zonas mais desenvolvidas tenderiam a ser substituídos por produtos cada vez mais modernos, transferindo aqueles considerados “obsoletos” para as regiões menos desenvolvidas.

Defendendo ainda a noção de crescimento desequilibrado, a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL (2000) procurou explicar o atraso dos países latino-americanos através dos desgastes nas relações de troca. A “Teoria da Dependência”, como ficou conhecida, afirmava que as causas do subdesenvolvimento de alguns países seriam explicadas pelo desenvolvimento de outros, ou seja, por

não conseguirem atingir o estágio capitalista industrial, seria consolidada uma divisão internacional do trabalho entre um centro dominante, manufatureiro e terciário, e uma periferia dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e minerais.

A “Teoria Neoclássica de Crescimento”, formulada inicialmente por Solow (1956), volta-se para a oferta (RICHERDSON, 1981 *apud* BENITEZ, 1998) e baseia-se na teoria de que o produto da economia depende da capacidade produtiva, sendo determinada pela oferta dos fatores produtivos, que, por sua vez, são totalmente substituíveis e possuem preços flexíveis. Dessa forma, este modelo caracteriza-se pela mobilidade dos fatores capital e trabalho, em que o trabalho se deslocará das regiões atrasadas para as mais avançadas e o capital, em direção oposta (BENITEZ, 1998).

A partir dos anos 1980, as teorias sobre o desenvolvimento regional sofrem grandes transformações que, segundo Amaral Filho (1996), são provocadas pela crise e declínio de regiões tradicionalmente industrializadas e pelo surgimento de novos paradigmas de industrialização e desenvolvimento local, bem como pelos novos paradigmas macroeconômicos baseados na “teoria do crescimento endógeno”.

A teoria endógena de crescimento admite que fatores como conhecimento, informações, pesquisa e desenvolvimento, antes considerados como fatores exógenos ao processo produtivo, passam a dividir o mesmo espaço com os tradicionais capital e trabalho, na composição da função de produção agregada. Assim, o sucesso econômico de cada país ou região passa a depender da sua capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada de sua inovação (BENKO, 1999).

Dessa forma, tem-se a idéia de que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, sejam elas materiais ou imateriais, alterando o foco das políticas regionais, direcionando-as para a localidade, conforme será apresentado nas seções seguintes.

3 – DO REGIONAL AO LOCAL: A VALORIZAÇÃO DAS ESPECIFICIDADES DE CADA REGIÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, à luz da tomada de consciência e da pressão política e social para enfrentar as desigualdades regionais, nasceu um conjunto de modelos de planejamento e de políticas para a promoção do desenvolvimento regional (DINIZ, 2001). Essas políticas têm como objetivo estabelecer uma certa igualdade entre as diversas regiões do país, no que se refere ao ritmo de crescimento econômico. Para isso, apóiam-se na idéia de crescimento exógeno, com correção ou atenuação dos desequilíbrios regionais, redistribuindo e compensando as desigualdades através da transferência de capital e tecnologia, e promovendo a mobilidade inter-regional de bens e fatores de produção das regiões mais prósperas para as menos desenvolvidas (LIMA, LOIOLA, MOURA, 2000).

Como observa Jaccoud (2001), a partir dos anos 1950, boa parte dos governos nacionais passa a implantar políticas de desenvolvimento regional, baseadas na teoria dos pólos de crescimento. A instalação de grandes plantas industriais em áreas estratégicas (normalmente um número reduzido de centros urbanos) serviria para difundir o desenvolvimento das regiões-pólo para as áreas no seu entorno, diversificando a base econômica, atraindo poupança externa e promovendo o crescimento do emprego, do produto e da renda (SICSÚ; LIMA, 1997).

Sob a responsabilidade dos governos nacionais, a elaboração e execução de tais políticas obedeceriam a uma organização hierárquica intensa entre os níveis de planejamento federal, regional, estadual e municipal, não existindo uma preocupação estrita com o desenvolvimento local, que aparece, apenas, como parte integrante do desenvolvimento regional, que, por sua vez, é mera extensão do desenvolvimento econômico nacional (ZANCHETTI; LACERDA, 1999).

Dessa forma, as políticas públicas têm a função de implementar condições locais mais propícias para

aproveitar os impulsos externos do desenvolvimento e aos governos locais cabe seguir as orientações dadas pelo governo central na elaboração e execução de suas políticas, adequando a realidade local à diretriz do governo nacional. Esse modelo faz com que as políticas de desenvolvimento local sejam centralizadas pelos governos nacionais e ocorram “de cima para baixo”, ou seja, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional até as instâncias locais (AMARAL FILHO, 1996; LIMA; LOIOLA; MOURA, 2000).

A crise econômica internacional, na década de 1970, passa a limitar, progressivamente, a capacidade de intervenção dos poderes públicos, redefinindo o papel do Estado na economia. Ao mesmo tempo, observam-se mudanças significativas nos processos produtivos das empresas em escala mundial, ocasionadas por fenômenos como o da globalização e da emergência de um novo paradigma tecnológico, criando restrições à preservação das velhas formas de organização e abrindo espaço para o progresso e o avanço social, em novas bases (BRITO; BONELLI, 1997).

O processo de globalização, embora seja um tema amplo e controverso, destaca o crescente movimento de liberalização e desregulamentação dos mercados e o advento do paradigma das tecnologias da informação, inaugurando uma nova dinâmica tecnológica e econômica internacional, em que as tecnologias intensivas em capital vão sendo, progressivamente, substituídas pelas tecnologias intensivas em informação (LASTRES *et al.*, 1998). Ademais, com a globalização, verifica-se uma reafirmação da dimensão espacial, bem como revalorização do local, na medida em que se acentua a importância conferida à diferenciação concreta entre os lugares (ALBAGLI, 1998).

Segundo Buarque (1999), a globalização tem um efeito contraditório sobre a organização do espaço, pois se, de um lado, demanda e provoca um movimento de uniformização e padronização dos mercados, de outro, cria e reproduz diversidades decorrentes dos valores globais com os padrões locais, articulando o local ao global.

A reestruturação produtiva, outro fator de revalorização da dimensão espacial, abre espaço para um novo modelo de produção baseado na especialização flexível¹ em que tanto o capital quanto a mão-de-obra deverão se prestar a propósitos cada vez mais variados e ser capazes de operar dentro de contextos que exigem rápidas mudanças para a criação de novos produtos. Além disso, os sistemas de especialização flexível favorecem a consolidação de sistemas produtivos locais e de políticas de desenvolvimento local, tornando menos hierarquizados a Economia e o Estado (GALVÃO, 1999).

O Estado, por sua vez, perde a capacidade de continuar mantendo o modelo de planejamento espacial nacional, com investimentos em infra-estrutura e transferência de recursos, passando a promover um amplo processo de descentralização de poder para as instâncias locais (ZANCHETI; LACERDA, 1999).

Neste cenário, as políticas tradicionais de desenvolvimento regional, baseadas em controles locais e em incentivos fiscais e financeiros não conseguem mais gerar um crescimento constante e sustentável nas regiões menos desenvolvidas, exigindo novas estratégias de intervenção pública (GALVÃO, 1999).

Com isso, as políticas regionais começam a ceder lugar às ações locais, baseadas na noção de desenvolvimento endógeno, segundo a qual as regiões devem buscar potencializar o uso dos recursos locais para ampliar sua própria capacidade de desenvolvimento. Os governos locais são pressionados a buscar alternativas para enfrentar o desemprego estrutural, derivado do novo paradigma tecnológico, tendendo a se posicionar como agentes de renovação das políticas públicas (LIMA, LOIOLA, MOURA, 2000). Assim, o desenvolvimento local transforma-se no centro da política regional, sendo estruturado de “baixo para cima”,

isto é, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar dos modelos de desenvolvimento estruturados de cima para baixo (AMARAL FILHO, 1996).

Segundo Galvão (1999), mais do que um mero contraponto, a dimensão regional passou a ser valorizada como elemento constitutivo de mudanças técnicas, ao mesmo tempo em que a inovação adquire importância na análise do desenvolvimento econômico e na promoção de políticas regionais. Dessa forma, as novas políticas de desenvolvimento voltam-se não apenas para a redução das desigualdades regionais, mas, sobretudo, para o estímulo e desenvolvimento de competências locais, valorizando as especificidades de cada região e procurando inseri-las em mercados cada vez mais globalizados.

4 – O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E AS AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS

Dadas as transformações dos processos produtivos e da organização econômica, verificadas ao longo dos últimos vinte anos, ganham força as investigações que incorporam a proximidade territorial e as relações interfirmas em um determinado espaço geográfico (CASSIOLATO; LASTRES, 2001b). Neste cenário, as localidades passaram a desempenhar um papel mais ativo, seja na organização do espaço físico, seja na definição de ambientes institucionais favoráveis ao desenvolvimento socioproductivo local (BARRETO JÚNIOR, 2003).

Segundo Diniz (2001), nos dias atuais, a região ressurge como *locus* da organização produtiva e da inovação, onde o esforço e o sucesso da pesquisa, da ação institucional e do aprendizado se dão de forma coletiva, através da interação, cooperação e complementaridade, imersas no ambiente cultural local, o qual também é resultado do processo histórico-cultural ou *path dependent*.

Dessa forma, o desenvolvimento local pode ser visto como um processo endógeno, registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos hu-

¹ O conceito de especialização flexível é atribuído a Michael Piore e Charles Sabel, no livro *The second industrial divide*, de 1984, constituindo-se um modelo alternativo para a produção fordista.

manos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999).

Em termos de escala, as políticas de desenvolvimento local podem compreender regiões menores que o espaço municipal (contido em um determinado município) ou cortar mais de um município, estabelecendo relações de parceria político-institucional com diversas instâncias (BUARQUE, 1999).

A ênfase no desenvolvimento local vem sendo objeto de muitas interpretações, originando uma vasta literatura que busca analisar e entender os aspectos determinantes da promoção do desenvolvimento, bem como as políticas necessárias para a sua sustentação ao longo do tempo (HANSEN, 2003). Dentre as dezenas de vertentes teóricas que se propõem a discutir o desenvolvimento local, apresentamos os três mais importantes conceitos acerca dos novos sistemas produtivos. Vale ressaltar que essas definições originaram algumas e/ou foram desdobradas em outras terminologias.

- a) **Distritos Industriais Marshallianos:** são aglomerações de pequenas e médias empresas espacialmente concentradas e setorialmente especializadas, que operam numa atmosfera cultural e social fundamentada na cooperação, confiança e reciprocidade entre os agentes. Ressalta uma ampla divisão do trabalho entre as empresas locais (por tarefa e não por produtos), um espírito empresarial aguçado e uma capacidade de atender rapidamente a demanda, dada a produção flexível. O sucesso deste tipo de sistema produtivo local repousa não exatamente no econômico, mas, sobretudo, no social e no institucional, ou seja, nas relações de cooperação e confiança entre os agentes (BECATTINI, 1994; 1999; SCHMITZ, 1997; MARKUSEN, 1995; SENGENDERGER;

PYKE, 1999; SOUZA, 1992; AMARAL FILHO, 2001);

- b) **Clusters:** são concentrações geográficas de empresas e instituições em determinado setor de atividade correlata que enfatizam a concorrência como fator de dinamismo para a competitividade e, por conseguinte, para a promoção do desenvolvimento. Normalmente, incluem fornecedores de insumos especiais – componentes, máquinas, serviços – e provedores de infra-estrutura especializada, além de se expandirem em direção aos canais de distribuição, clientes, fabricantes de produtos complementares e empresas afins. Destacam-se dos distritos industriais marshallianos por não ficarem restritos às pequenas e médias empresas e por enfatizarem mais a concorrência do que a cooperação, no processo de desenvolvimento econômico (PORTER, 1999; ALBAGLI; BRITO, 2003; AMARAL FILHO, 1996; AMATO NETO, 2000);
- c) **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais:** são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que apresentam vínculos de interdependência, mesmo que incipientes. Englobam categorias tradicionais nas análises de aglomerações, como a cooperação, mas incluem também os processos de aprendizagem, capacitação e inovação, considerados como fundamentais para a sustentação da competitividade dos agentes participantes das aglomerações de empresas. Sua formação está associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. A ênfase desta abordagem recai sobre a importância da inovação e do aprendizado interativo como fatores de competitividade sustentada envolvendo diferentes atores em âmbito local (ALBAGLI; BRITO, 2003; CASSIOLATO; LASTRES, 2001b; CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

A valorização dos atributos locais fez renascer a importância das aglomerações industriais na explicação do processo de desenvolvimento econômico. Essas aglomerações são consequência de relações intensas entre as empresas locais, que ampliam a divisão do trabalho, permitindo uma maior especialização produtiva e a introdução de novas tecnologias, promovendo uma maior eficácia do sistema local.

Para Silva Filho e Carvalho (2001), as economias de aglomeração possuem características que as diferenciam dos modelos tradicionais de desenvolvimento regional, destacando-se o estímulo às atividades vocacionadas e a cooperação entre as empresas, estimulando a fixação de novos empreendimentos no local.

A idéia de que há ganhos com a concentração de indústrias especializadas em determinadas localidades tem como ponto de partida os escritos de Marshall (1996), realizados no final do século XIX, acerca dos distritos industriais ingleses. Segundo Marshall, as vantagens econômicas (as externalidades positivas) obtidas por empresas que pertencem a uma localidade onde predomina um setor produtivo específico dizem respeito ao fácil acesso a trabalhadores qualificados, dada a concentração local de mão-de-obra especializada, grande densidade de redes entre os diferentes produtores e fornecedores de matérias-primas e a serviços correlatos à atividade principal. Além disso, a proximidade física, as aptidões comuns e a mesma identidade cultural de empreendedores e trabalhadores facilitam o intercâmbio e a circulação de conhecimentos e idéias, criando um ambiente propício à inovação (GORAYEB, 2002).

Deve-se ressaltar que a noção de economias de aglomeração também permeia os modelos tradicionais de desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 2001). No entanto, o aspecto novo está em admitir as economias externas como fatores dinâmicos e provocados conscientemente por uma ação conjunta da coletividade local, diferentemente da visão original que acreditava apenas nos ganhos e perdas não-planejados (SCHMITZ, 1997).

Utilizando uma abordagem evolucionista², Cassiolato e Lastres (2001b) observam que as empresas tendem a participar de uma aglomeração geográfica de três maneiras:

- a) através da especialização local em atividades de uma mesma base técnica, com o simples aproveitamento da mão-de-obra disponível, ligações ocasionais interfirmas, nenhuma (ou pouca) experiência de cooperação e com instituições locais pouco desenvolvidas;
- b) através do aprofundamento da especialização da produção, com as empresas e organizações locais se reestruturando, mas mantendo a mesma organização da produção e padrão de relações interfirmas;
- c) através da diversificação em produtos (e setores) diferentes, com as empresas e organizações locais reorganizando a produção, estabelecendo novas relações com firmas e instituições locais e incorporando em sua área geográfica atividades produtivas para frente e para trás.

Para que haja evolução de um simples aglomerado geográfico de empresas para um arranjo produtivo e, posteriormente, para um sistema produtivo local é necessário que haja mudanças verticais (para frente e para trás) em direção a produtos, setores e capacitações complementares e adensamento das ligações interfirmas (verticais e horizontais), formando um sistema de firmas e instituições mais completo (CASSIOLATO; LASTRES, 2001b). Esse processo somente será possível através da geração e/ou introdução de inovações (tecnológicas, organizacionais e institucionais), do fortalecimento da capacidade de aprender dos indivíduos e empresas e da difusão desse conheci-

² A abordagem evolucionista enfatiza que as mudanças econômicas são provocadas pela busca incessante das firmas em introduzir inovações e ocorrem a partir do conhecimento acumulado ao longo do tempo e da sua capacidade de aprendizagem. Para uma análise mais detalhada ver Possas (1989), Cimoli e Dosi (1992), Melo (2001), Dosi (1988).

mento (codificado e tácito) por todo o conjunto de empresas locais.

5 – INOVAÇÃO, CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM INTERATIVA: NOVOS PILARES DO DESENVOLVIMENTO

A rapidez na mudança dos processos produtivos tornou a capacidade de construir novas competências e gerar inovações o principal fator para o estabelecimento de vantagens competitivas de firmas e nações. Com isso, ganham importância os processos de aprendizagem e a capacidade das empresas e regiões em adquirir conhecimentos e usá-los de maneira eficiente³.

A discussão sobre o papel da inovação no desenvolvimento regional surge, segundo Diniz (2001), da constatação de que as regiões possuem características próprias que, dadas as competências acumuladas ao longo do tempo e a parcela de conhecimento tácito inerente a essas localidades, não podem ser facilmente transferíveis, pois estão enraizados nas pessoas, organizações e locais específicos.

De forma genérica, pode-se dizer que existem dois tipos de inovação: a radical e a incremental. Uma inovação radical caracteriza-se pela introdução de um novo produto, processo ou forma de organização da produção inteiramente nova. Este tipo de inovação pode representar uma ruptura estrutural com o padrão tecnológico anterior, originando novas empresas, setores e mercados. Já as inovações incrementais referem-se à introdução de qualquer tipo de melhoria em um produto, processo ou organização da produção dentro de uma empresa, sem alteração na estrutura industrial (LEMOS, 2000).

³ A diferença entre conhecimento e aprendizagem está no fato de que o conhecimento refere-se às informações já adquiridas, enquanto a aprendizagem diz respeito não à informação pura e simples, mas ao processo social de aquisição, construção, acumulação e partilhamento do conhecimento (CASSIOLATO; LASTRES; SZAPIRO, 2000).

No entanto, para entender a importância da inovação no desenvolvimento local, faz-se necessário abandonar a idéia de que o processo de inovação evolui da ciência para o mercado através de etapas definidas, quais sejam, pesquisas básicas (desenvolvimento de teorias, descobertas e invenções), pesquisas aplicadas (realização de testes e adaptações), inovação, produção para o mercado e difusão, sem considerar o ambiente social onde acontecem as inovações. Ao contrário, a idéia de inovação pressupõe a combinação entre pesquisa e desenvolvimento e sua interação com as condições econômicas presentes em cada espaço, através da interação entre as firmas e o ambiente em que estão inseridas, não havendo um seqüenciamento pré-definido das atividades que resultarão em uma inovação (DINIZ, 2001). Ademais, deve-se entender que a inovação não se refere apenas às mudanças tecnológicas utilizadas por uma empresa ou setor, mas incluem também mudanças organizacionais, relacionadas às formas de organização e gestão da produção⁴ (LEMOS, 2000).

A inovação configura-se como um processo interativo, realizado com a contribuição de variados agentes socioeconômicos que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos. Esta interação se dá em diferentes níveis, entre variados departamentos de uma mesma empresa, entre empresas distintas e com outras organizações (LEMOS, 2001). Assim, estimular as diversas fontes de conhecimento, bem como as interações entre os diversos agentes, visando potencializar o aprendizado e a inovação, passou a ser uma das principais maneiras de as empresas perseguirem a competitividade (CASSIOLATO; LASTRES, 2001b).

Os conhecimentos envolvidos na geração de inovações podem ser codificados ou tácitos. O co-

⁴ Segundo Albuquerque (1998), a introdução de inovações – radicais ou incrementais – ocorre em três grandes áreas, quais sejam: produtos, processos e métodos produtivos. No primeiro caso, trata-se da introdução ou aperfeiçoamento de novos produtos ou materiais; nas inovações de processos produtivos verifica-se a incorporação de novos equipamentos ou instalações; finalmente, as inovações em métodos de gestão incluem avanços em matéria de organização da produção e do processo de trabalho, informação, controle de qualidade etc.

nhcimento codificado refere-se ao conhecimento que pode ser transformado em uma mensagem, podendo ser manipulado como uma informação. Esse pode ser facilmente transferido de uma região para outra, principalmente com a emergência das tecnologias da informação e da comunicação, que propiciaram o desenvolvimento de novas formas de difusão da informação, com grande rapidez e baixos custos; mas o conhecimento tácito só pode ser transferido se houver interação social, porque se refere aos conhecimentos implícitos a um agente social ou econômico, como as habilidades acumuladas por um indivíduo, organização ou conjunto delas, que compartilham de atividades e linguagem comum (LEMOS, 2000).

Atualmente, verifica-se um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que o conhecimento codificado pode ser facilmente transferido, o conhecimento tácito fica mais restrito às localidades. Mas vale ressaltar que, embora as tecnologias da comunicação e da informação apresentem grande eficácia na difusão do conhecimento codificado, é necessário que exista uma base local capacitada para utilizar esses conhecimentos e transformá-los em inovação.

Neste sentido, Ernest e Lundvall (1997, *apud* YOGUEL, 2000, p. 6) afirmam que “a capacidade de aprender, concebida como um processo interativo construído socialmente, e o desenvolvimento de ‘competências entre os agentes’ determina o êxito econômico de empresas, regiões e países”.

Lemos (2000, p. 168) também ressalta que “no momento atual, caracterizado por uma competição que não se dá apenas via preços, o mais importante não é apenas ter acesso a informação ou possuir um dado conjunto de habilidades, mas fundamentalmente ter capacidade de adquirir novas habilidades e conhecimentos (*learning to learning*)”. Com isso, as capacitações e competências, particularmente a capacidade de aprender, tornam-se elementos fundamentais para a geração de inovações e o desenvolvimento econômico.

Os processos de aprendizagem normalmente ocorrem a partir de fontes internas às empresas, ou

via fontes externas. Dentre as fontes internas estão os investimentos em P&D, que visam à busca de grandes inovações ou o aperfeiçoamento de processos produtivos; e os processos informais de acumulação de conhecimento dentro das firmas (*learning by doing, learning by using*), que, apesar de não apresentarem alocação específica de recursos e um formato organizacional definido, podem ser de extrema importância para o desenvolvimento de novos produtos e processos que já tenham sido incorporados. Já o aprendizado via fontes externas tem o desenvolvimento de externalidades intra e inter-indústrias, que inclui a difusão de informações, serviços especializados e mobilidade da mão-de-obra (*learning by interacting*), como a sua principal forma de acúmulo de conhecimento (CANUTO, 1993; Possas, 1989).

A partir das diversas fontes de aprendizagem, Pavitt (2001) desenvolveu uma taxonomia de processos e geração de inovações, classificando-as em quatro setores industriais: os dominados por fornecedores, cujas inovações são basicamente de processo, incorporados nos equipamentos e insumos e, por isso, geradas fora do próprio setor, tipicamente através da difusão de bens de capital e bens intermediários; os intensivos em escala, em que as inovações, tanto de produtos como de processos, envolvem o domínio de sistemas complexos e a fabricação de produtos complexos; os fornecedores especializados, cujas inovações, geralmente de produtos, como insumos para outros setores, envolvem contato íntimo das firmas com os usuários e domínio específico de tecnologia de projeto e construção de equipamentos; os intensivos em ciência, cujo processo de inovação está na aparição de novos paradigmas tecnológicos relacionados com o desenvolvimento da investigação científica (CIMO-LI; DOSI, 1992; POSSAS, 1989).

A idéia de que o aprendizado depende de um conjunto de interações com várias fontes de conhecimento confere às instituições um grande impacto na organização interna das firmas e nas inter-relações entre empresas. Neste cenário, as instituições assumem um importante papel na geração de inovações porque adotam comportamentos e ações

rotinizadas, reduzindo incertezas, coordenando o uso do conhecimento, dirimindo conflitos e proporcionando sistemas de incentivos (CASSIOLATO; LASTRES, 2001b).

Assim, a capacidade de aprendizado e a interação entre empresas criam um ambiente propício para a difusão do conhecimento. Neste sentido, a existência de capacidades locais para interpretação dos conhecimentos codificados e a difusão do conhecimento tácito, via interação, tornam a inovação localizada e restrita aos agentes envolvidos, favorecendo a formação de sistemas produtivos com concentração geográfica e promovendo o desenvolvimento econômico da região.

6 – O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL NA PRÁTICA: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TOBIAS BARRETO

A presente seção tem como objetivo refletir sobre o desenvolvimento do município de Tobias Barreto à luz dos modelos de desenvolvimento econômico local. A análise justifica-se pela constatação de que algumas instituições, públicas e privadas, têm procurado estimular ações cooperativas, bem como oferecer qualificação técnico-organizacional às empresas ali instaladas, com o propósito de desenvolver o potencial empreendedor da comunidade local e estimular o surgimento de novas formas de geração de emprego e renda. Ademais, essas ações visam adensar os elos do setor de confecções e bordados, visando inserir o referido município em posição de competitividade regional e nacional.

6.1 – Tobias Barreto: tradição e história na produção de confecções

Em Tobias Barreto, semi-árido de Sergipe, encontra-se uma tradicional produção de confecções e bordados, com alguns estabelecimentos que remontam à década de 1940. Mais especificamente, verifica-se uma especialização setorial em artigos de cama, mesa e banho, bem como em peças de

vestuário em geral e artesanato de bordado (MELO, 2004).

Nos anos 1980, o município, que já era considerado um importante entreposto comercial, dinamizou a produção dos artigos de confecção, ganhando expressão ao longo do tempo e transformando-a na sua principal atividade. Com isso, a dinâmica econômica de Tobias Barreto passou a ser determinada pelas atividades ligadas a esse setor, seja através da produção industrial e artesanal, seja através das atividades comerciais (MELO, 2004).

Durante a década de 1990, o setor de confecção em todo o Brasil passou por um processo de fragilização dos seus encadeamentos produtivos, dada a abertura comercial brasileira, a reestruturação produtiva e a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias aos produtos importados, contribuindo para o encerramento de várias unidades fabris em todo o país. O processo de recuperação somente foi retomado a partir da segunda metade da década, sobretudo após a desvalorização cambial de 1999.

Em Tobias Barreto, os efeitos da crise do setor podem estar expressos no ano de fundação de grande parte das empresas. Pesquisa realizada pelo Sebrae/SE, no ano de 2002, revelou que, apesar da tradição na produção e comercialização de confecção, a maioria expressiva das empresas sediadas em Tobias Barreto surgiu na segunda metade dos anos 1990. Dentre as hipóteses levantadas pelo estudo, está a expansão do setor, a partir do desenvolvimento recente de uma atividade propriamente empresarial e com divisão técnica do trabalho, visto que a confecção surgiu como produção doméstica e/ou com um elevado índice de mortalidade das empresas desse setor.

Nos anos recentes, programas de incentivos industriais⁵, em âmbito estadual, e um projeto de

⁵ No final dos anos 1990, a Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe – CODISE construiu uma área destinada à implantação de empresas de confecção, motivando a instalação de empresas de maior porte (MELO, 2004).

cooperação técnica e financeira, a partir do convênio estabelecido entre o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência de Promoção de Negócios da Câmara de Comércio de Milão – PROMOS, têm procurado impulsionar o desenvolvimento econômico de Tobias Barreto. Mas vale ressaltar que, a partir do ano 2000, o povoado Lagoa Redonda, contíguo àquela cidade e pertencente ao município de Itapicuru-BA, também implantou um distrito de confecções com o objetivo de atrair empresas sediadas em Tobias Barreto, oferecendo, inclusive, regime fiscal mais vantajoso (MELO, 2004).

A unidade de confecção típica de Tobias Barreto é uma pequena fábrica informal instalada na residência do proprietário. São 1.319 estabelecimentos, sobretudo micro e pequenas empresas, que estão envolvidos diretamente com a produção e comercialização dos artigos de confecção do município, empregando cerca de 3.382 pessoas. Essas empresas pertencem, em sua quase totalidade, a pessoas do próprio município, indicando o caráter essencialmente local das atividades de confecção de Tobias Barreto (SEBRAE, 2002).

O espírito empresarial aguçado da população, respaldado pela longa tradição comercial e a forte vocação produtiva, em que a costura e o bordado estão fortemente enraizados na cultura local, são características importantes da região.

No entanto, a maior expressão das atividades de confecção de Tobias Barreto é a “Feira da Coruja”, realizada ao ar livre, nas noites de domingo para as madrugadas das segundas-feiras, que funciona como “agente âncora” na atração e divulgação dos produtos da região, bem como principal escoadouro da produção para a maioria dos produtores (MELO, 2004). É possível afirmar que a Feira da Coruja foi a grande responsável pela manutenção da tradição do município na produção de confecção, quando em épocas de depressão dessa atividade econômica (SEBRAE, 2000).

Pode-se dizer que as atividades de confecção de Tobias Barreto, com inúmeros estabelecimentos em setores correlatos que se articulam em um ambiente produtivo, onde se constata a existência de uma aglomeração da produção do bordado artesanal, bem como uma grande quantidade de pequenas unidades fabris, predominantemente informais, podem ser caracterizadas como um típico Distrito Industrial Marshalliano. Contudo, para fins metodológicos, utilizar-se-á o conceito de Arranjo Produtivo Local, que, além de incorporar os aspectos inerentes ao distrito industrial marshalliano, enfatiza a inovação e os processos de aprendizagem interativos como fatores preponderantes para a promoção do desenvolvimento econômico de base local.

6.2 – O Dilema da Cooperação

As características histórico-culturais e econômicas de Tobias Barreto conferem ao município a possibilidade de acomodação de um arranjo produtivo local e sua posterior evolução para um sistema produtivo local, forma de organização mais sistêmica, sustentável e com maior nível de interdependência entre os agentes. Essa transformação, no entanto, requer, dentre outros fatores, a utilização de práticas cooperativas, cultura participativa e a adoção sistemática de ações coletivas (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2004).

Em arranjos produtivos locais identificam-se diferentes tipos de cooperação, destacando-se a cooperação produtiva, que visa obter economias de escala e de escopo, além da melhoria dos índices de qualidade e produtividade, e a cooperação inovativa, que resulta na diminuição dos riscos, custos, tempo e, principalmente, no aprendizado interativo, dinamizando o potencial inovativo do arranjo produtivo local (ALBAGLI; BRITO, 2003).

Em Tobias Barreto, a influência dos laços socioculturais na produção de confecção e bordado gera um sistema de valores comuns, que pode favorecer a criação de um espírito de confiança entre os produtores e a geração de atitudes cooperativas. No entanto, a efetivação dessas ações encontra-se, ain-

da, em um estágio muito incipiente de construção de capital social⁶.

A cooperação, em Tobias Barreto, normalmente aparece sob a forma de subcontratação ou terceirização da produção, fazendo com que as empresas possam aceitar encomendas que superam a sua capacidade normal de produção (FEITOSA, 2002). Em alguns casos, a terceirização é mais sistemática, verificando-se ao longo de todo o ano. Em outros, ela ocorre apenas quando o estabelecimento não consegue dar conta das encomendas que recebe (MELO, 2004).

Um outro tipo de cooperação verificado no arranjo ocorre entre fornecedores e empresários. Dada a proximidade geográfica e as relações de confiança estabelecidas no interior do arranjo produtivo, é possível identificar empresas que tiveram a implantação do seu negócio facilitada pelo adiantamento de matérias-primas por parte de fornecedores locais. As facilidades de crédito oferecidas pelos fornecedores continuaram a existir mesmo após a fase de implantação do empreendimento (MELO, 2004).

Há, ainda, uma intensa interação entre as empresas no que se refere às atividades sociais do arranjo produtivo, com participação conjunta em feiras, seminários, congressos e atividades diversas de lazer. Embora essa prática não represente, em Tobias Barreto, vínculos efetivos de cooperação produtiva ou inovativa, pode ser considerada o primeiro passo para a construção de confiança e formação do capital social, necessários ao bom desenvolvimento do arranjo produtivo.

⁶ “O capital social é um conjunto de relações sociais e instituições que articuladas em torno de estratégias comuns, podem ampliar o potencial de desenvolvimento econômico de uma comunidade” (MAGALHÃES, 2001). O surgimento e o fortalecimento do capital social está condicionado à criação de uma rede de cooperação entre atores e instituições. A intensificação das relações entre as partes e a formação de coordenação dessas relações promovem a boa governança (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2003). Ademais, o fortalecimento do capital social propicia relações de cooperação que favorecem o aprendizado interativo, bem como a construção e transmissão do conhecimento tácito (ALBAGLI; BRITO, 2003).

No processo de formação do capital social, deve-se ressaltar a participação do Sebrae, que vem intensificando sua atuação na região através da aplicação de cursos e seminários, bem como da implantação da metodologia Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, visando criar uma cultura associativa e empreendedora junto à comunidade empresarial local.

Neste contexto, alguns resultados já são perceptíveis, como a criação do Fórum Empresarial de Tobias Barreto, que elaborou, a partir de um diagnóstico participativo setorial, Agendas de Desenvolvimento (Local e Setorial), que delineiam as ações a serem implementadas na região, e a criação de uma Central de Negócios, que objetiva realizar compras conjuntas de insumos e matérias-primas, como forma de reduzir custos (SANTOS, 2004).

Contudo, as propostas de intervenção na realidade local não se têm traduzido em ações efetivas. Embora o Fórum Empresarial represente um avanço no fortalecimento dos laços cooperativos do arranjo produtivo, ele enfrenta sérias dificuldades operacionais, devido à inexistência de infra-estrutura básica para realização das suas atividades, além de apresentar baixa capacidade de autonomia nas suas ações e na articulação com as demais instituições da região, ficando dependente da atuação do Sebrae. Já a Central de Negócios, além das dificuldades operacionais e de infra-estrutura, enfrenta problemas para a efetivação das compras, dada a situação de informalidade da ampla maioria das empresas participantes.

Alguns outros fatores ainda contribuem para que as empresas não adotem posturas cooperativas, constituindo-se entraves ao desenvolvimento econômico do arranjo produtivo. Dentre eles, destacam-se: o receio de trocar informações confidenciais e estratégicas com seus colaboradores, mas concorrentes, e o lapso de tempo que as ações e associações coletivas requerem.

De fato, a constituição de relações de cooperação não é um processo fácil. Exige a superação da desconfiança entre os parceiros e a percepção

de que estas ações conjuntas trarão resultados positivos para cada empresa individualmente, reque-rendo um longo caminho a percorrer e a persistên-cia das instituições e gestores locais para a transfor-mação dessa realidade.

6.3 – A Busca pela Competitividade

Ao longo dos últimos anos, ganhou força a idéia de que as fontes de vantagens comparativas de ca-ráter estático, como dotação de recursos naturais ou mão-de-obra barata, devem ser substituídas por vantagens competitivas de caráter dinâmico, base-adas na introdução constante de inovações tecnol-ógicas, organizacionais e de gestão (ALBUQUER-QUE, 1998).

Segundo Albagli e Brito (2003), considerando a firma como unidade isolada, a competitividade pode ser definida como a capacidade de a empresa formular e implementar estratégias concorrenciais que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado. Essas estratégias concorrenciais normalmente estão relacionadas à produtividade, qualidade do produ-to, inovação, *marketing* etc. Uma análise sistêmi-ca, por sua vez, compreende que a competitividade da firma não depende apenas de sua conduta indi-vidual, mas também de variáveis macroeconômicas, político-institucionais, reguladoras, sociais e de in-fra-estrutura.

O Arranjo Produtivo de Confecções de Tobias Barreto é, essencialmente, constituído por micro e pequenas empresas informais e/ou familiares. A or-ganização da produção é dividida entre a produção artesanal de tecidos bordados para cama, mesa e banho, desenvolvida principalmente nos povoados do município ou nas residências dos artesãos; e a produção industrial propriamente dita, que envolve, na sua maioria, micro e pequenas empresas (for-mais e informais), além da terceirização da produ-ção e do trabalho familiar (FEITOSA, 2002).

No que diz respeito à abrangência do merca-do, a produção do arranjo está voltada para mer-cados locais/regionais de menor sofisticação, nota-

damente para o atendimento da demanda das clas-ses populares, em que a competição por preços é o fator determinante. Desta maneira, o grande esco-a-douro da produção é o comércio local, com desta-que para a Feira da Coruja, que atende a um núme-ro expressivo de sacoleiras de diversas localidades da região Nordeste.

A inexistência de grandes barreiras tecnológi-cas e os baixos investimentos financeiros requeri-dos fazem com que o setor de confecção, em geral, e em Tobias Barreto, em particular, seja marcado por um número expressivo de micro e pequenas empresas que concorrem entre si. Dessa forma, os produtores de Tobias Barreto (98%) acreditam que os seus maiores concorrentes estão sediados no próprio município, o que pode dificultar a participa-ção das empresas em ações conjuntas para superar as dificuldades comuns (SEBRAE, 2002).

Devido à dinâmica das atividades de confecção, começou a se desenvolver um forte comércio ataca-dista de tecidos e aviamentos, que assegura o forne-cimento de insumos e matérias-primas mais utiliza-dos e de menor diversidade para as unidades produ-tivas locais. As pequenas e médias empresas, porém, adquirem os seus insumos e componentes diretamente de fabricantes sergipanos ou de fábricas sediadas em Minas Gerais, São Paulo e Fortaleza.

Os serviços básicos, como manutenção de equipamentos, corte de tecido e bordado, também são adquiridos no próprio arranjo. Já os serviços mais especializados, como *design* e consultoria empresarial, são obtidos com profissionais vindos de outras localidades. No entanto, ainda é reduzido o volume de serviços produtivos, tecnológicos e comerciais contratado pelas empresas, refletindo diretamente na produtividade ou na qualidade do produto (MELO, 2004).

Pesquisa realizada pelo Sebrae, em 2002, ques-tionou os empresários de Tobias Barreto sobre os fatores considerados essenciais para aumentar a com-petitividade das empresas. Dentre uma série de alter-nativas, destacam-se: a qualidade das matérias-pri-

mas e de outros insumos, bem como dos produtos finais e a qualificação da mão-de-obra.

De fato, os tecidos e seus complementos – linhas, fios, entretelas, zíperes etc. – representam uma parcela importante do custo de produção (algo em torno de 50%) e acabam determinando a qualidade final do produto. A qualificação do trabalhador também tem importância significativa, uma vez que a fase da costura ainda é a principal etapa do processo produtivo e nela as inovações são mais difíceis de acontecer⁷ (ROVERE *et al.*, 2000).

Deve-se destacar, porém, que, quando indagados sobre os investimentos realizados nos últimos anos, nenhum empresário informou ter investido no treinamento ou qualificação da mão-de-obra, demonstrando a preocupação reduzida com os investimentos em recursos humanos frente à pressão de produzir a baixos custos.

Entre as maiores dificuldades apresentadas estão: a falta de capital, seja de recursos para giro da produção, seja para a aquisição de máquinas e equipamentos; as dificuldades de acesso ao crédito, evidenciando a inexistência de políticas de crédito focalizadas para este segmento; e problemas relacionados à comercialização dos produtos, uma vez que boa parte das empresas está restrita ao mercado local (SEBRAE, 2002).

A baixa capitalização das empresas e as dificuldades de obtenção de crédito inibem a expansão da produção e o desenvolvimento de novos produtos, constituindo-se num dos gargalos do arranjo produtivo. De acordo com a Agenda Setorial de Tobias Barreto, a busca por fontes de financiamento que permitam criar condições de investimentos no setor está em terceiro lugar na ordem de prioridades de ações. Porém, apesar das diversas tentativas de cri-

ação de linhas de crédito específicas para o setor e/ou para o atendimento do público informal junto às instituições financeiras locais, não se têm obtido resultados satisfatórios (SEBRAE, 2002).

No que se refere aos problemas relacionados à comercialização dos produtos, observa-se que os atuais canais de comercialização mostram-se fragilizados e não-estratégicos. A Feira da Coruja, principal escoadouro local da produção, encontra-se sem infra-estrutura adequada para a promoção do crescimento comercial. A situação se agrava pelo conflito de interesses entre barraqueiros e lojistas, que tem impedido a negociação de qualquer melhoria das condições de infra-estrutura do comércio local (SANTOS, 2004).

Adicionalmente, verifica-se como um dos grandes problemas das empresas de Tobias Barreto o caráter “amador” da sua administração, dado, sobretudo, pela informalidade e pela característica familiar.

Todos esses fatores fazem com que a maioria das empresas do arranjo produtivo ainda utilize uma competitividade “espúria⁸”, baseada em preços baixos, materiais baratos e baixa remuneração. A utilização de mão-de-obra informal e flexível aparece como elemento central na elevação dos níveis de competitividade das firmas, permitindo às empresas reduzir os seus custos de produção através da diminuição e/ou eliminação de despesas tributárias e fiscais e da capacidade de absorção do trabalho familiar. Não obstante, alguns estabelecimentos já despertam para a necessidade de buscar novos caminhos, com melhoria da qualidade dos produtos, introdução de inovações e uma maior flexibilidade funcional do trabalhador.

6.4 –As Formas de Aprendizagem e o Desafio da Inovação

Partindo da premissa de que a introdução constante de inovações tecnológicas e organizaci-

⁷ Os principais avanços tecnológicos na produção de confecções ocorreram nas fases anteriores à costura, a partir da utilização do sistema CAD (Computer Aided Design)/ CAM (Computer Aided Manufacturing) e de equipamentos de controle numérico, que diminuíram o tempo da produção e a taxa de desperdício da matéria-prima, ao mesmo tempo em que aumentaram a flexibilidade produtiva (ROVERE *et al.*, 2000).

⁸ Expressão utilizada por Melo (2004) ao se referir a uma competitividade baseada em vantagens comparativas estáticas e predatórias.

onais na base produtiva apresenta-se como um dos fatores determinantes dos incrementos da competitividade, a disponibilidade de recursos humanos qualificados torna-se essencial para o êxito do processo de inovação (ALBUQUERQUE, 1998). Todavia, não basta apenas focar a atenção no aprimoramento da capacidade individual de cada empresa ou na dotação de trabalhadores qualificados e treinados, mas, principalmente, na promoção de interações entre os diversos agentes econômicos (ALBAGLI, 2001).

Em Tobias Barreto, o conhecimento predominante para a formação dos recursos humanos ocorre de forma empírica, através do repasse de experiências de pai para filho, ou de mãe para filha, constituindo um patrimônio cultural duradouro da região.

Nas pequenas fábricas, o aprendizado do trabalho é feito no próprio estabelecimento, em processo de aprendizagem do tipo *learning by doing*, *learning by using* e *learning by interacting*, a partir da base de conhecimento trazido da família, realçando o caráter tácito do aprendizado no arranjo produtivo. Nas empresas de maior porte há um treinamento mais sistemático, com a contratação de serviços de consultoria externa e de empresas especializadas. Já o trabalho domiciliar, principalmente nos povoados, não recebe grandes aprimoramentos das suas condições técnicas, ficando os trabalhadores à margem do processo de concorrência, visto que dificilmente apresentam condições de agregar melhorias (conhecimento) ao processo produtivo (FEITOSA, 2002).

O envolvimento de gerações de trabalhadores na produção de confecções e bordados, característico da cultura da região, significa familiaridade da força de trabalho com as práticas correspondentes ao setor, mesmo que essa habilidade não seja suficiente para produzir bens com elevados padrões de qualidade. Contudo, os reduzidos níveis de escolaridade da mão-de-obra constituem-se numa das principais dificuldades para a incorporação de métodos produtivos e gerenciais mais modernos (MELO, 2004).

A qualificação dos trabalhadores e empresários tem sido uma das preocupações das instituições envolvidas com o desenvolvimento do arranjo produtivo local, mas isto ainda não significa um salto de qualidade e inovação.

Em Tobias Barreto, as inovações de produtos são frequentes, não porque as empresas têm uma vocação inovativa, mas, principalmente, porque o setor de confecções é marcado pelas mudanças de preferência e pelas tendências da moda, mesmo nos segmentos mais populares. A partir de 2003, ações indutoras à inovação de produtos têm sido implementadas no arranjo, através da realização de uma Oficina Experimental de *Design* e do Programa Rede Sergipe *Design*, um projeto de capacitação e pesquisa, resultado da parceria firmada entre Sebrae, Senai e Universidade Tiradentes – UNIT, que visa implementar o *design* como vetor estratégico de inovação.

No que se refere às inovações de processos e organizacionais, além das melhorias advindas da introdução de novas máquinas e equipamentos, bem como da utilização de novos métodos de gestão e *marketing*, destacam-se: a implantação de um sistema de custos informatizado direcionado para o setor de confecção, propiciando o real conhecimento da estrutura financeira das empresas e auxiliando na formação do preço de venda; e consultoria na área de engenharia de produção, na qual as empresas recebem informações sobre *layout*, compra, recebimento, estocagem de materiais, eficiência produtiva etc., permitindo alterações nos padrões de produção e aumento de produtividade (SANTOS, 2004).

De modo geral, as principais atividades inovativas do arranjo produtivo de Tobias Barreto estão ligadas à aquisição de novas tecnologias já incorporadas nas máquinas e equipamentos, novas formas de comercialização e gestão e treinamento da mão-de-obra. Essas inovações devem-se, em parte, às informações e conhecimentos obtidos através da interação com algumas instituições locais, notadamente o Sebrae, e pela interação entre clientes e fornecedores (MELO, 2004).

No entanto, ainda que a introdução de inovações tenha servido para aumentar a qualidade dos produtos ou a produtividade das empresas, os baixos níveis de cooperação entre os agentes econômicos de Tobias Barreto, mesmo existindo alguma interação entre eles, têm impedido a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de processos coletivos de aprendizado ou de uma capacidade inovativa local. Essa deficiência pode trazer implicações negativas para o desenvolvimento do arranjo produtivo no longo prazo.

6.5 – O Tecido Institucional e o Modelo de Governança

O sucesso dos arranjos produtivos está associado a uma miríade de canais que se estabelecem entre empresas e instituições, reforçando e tornando viável o processo de geração de vantagens competitivas (MELO, 2004). A intensificação das relações entre esses agentes econômicos estimula o desenvolvimento de ações conjuntas que, por sua vez, podem levar à criação de uma rede de cooperação entre eles. Mas, na medida em que as ações tornam-se mais coletivizadas, faz-se necessária a constituição de uma força coordenadora (governança), visando reunir empresas e entidades em torno de um projeto comum (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2003).

Para Cassiolato e Szapiro (2003), há duas formas principais de governança em arranjos e sistemas produtivos locais: as hierárquicas, que são aquelas em que a autoridade é exercida por grandes empresas com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas em âmbito local; e a governança na forma de redes, caracterizada pela existência de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, sem grandes empresas localmente instaladas exercendo o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas.

O arranjo produtivo de Tobias Barreto é regido por uma governança típica de redes, constituída por uma diversidade de instituições públicas e privadas, tais como as entidades empresariais (associ-

ações comerciais, indústrias, clubes de dirigentes logistas etc.), órgãos federais e estaduais de fomento, órgãos de financiamento públicos e privados, organizações não-governamentais e instituições de P&D, formando a base essencial para o desenvolvimento do município.

As ações desenvolvidas estão articuladas em torno do projeto Sebrae/Promos de desenvolvimento local e voltam-se, principalmente, para a valorização das competências locais e formação de um verdadeiro capital social, objetivando criar uma base institucional, empresarial e social capaz de transformar o modelo produtivo vigente (MELO, 2004).

Dentre as instituições e programas desenvolvidos no município destacam-se: o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, através da realização de cursos e treinamento da mão-de-obra local; Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que promove capacitação profissional; e o Pró-Sertão – Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semi-Árida de Sergipe, com programas de fortalecimento do associativismo e estímulo ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas, visando dar sustentabilidade à economia local (FEITOSA, 2002).

A instituição mais atuante no arranjo produtivo, entretanto, tem sido o Sebrae que intensificou sua atuação no município após a implantação do programa de desenvolvimento de distritos industriais, em parceria com o BID e a agência Promos. As ações do Sebrae voltam-se para a organização da produção, identificação de novas faixas de mercado, captação de fontes de financiamento, capacitação e orientação empresarial e desenvolvimento de *design* estratégico. Porém são visíveis as dificuldades de mobilização e coordenação dos agentes locais (MELO, 2004).

O poder público municipal tem apresentado uma participação restrita à ordenação do espaço da Feira da Coruja e à cessão de locais com infraestrutura adequada para a realização de reuniões, palestras e treinamentos.

Um projeto de desenvolvimento local, a exemplo do arranjo produtivo de Tobias Barreto, requer um esforço articulado muito grande das instituições envolvidas, para que as ações possam ter o efeito esperado. Em Tobias Barreto esse esforço não é perceptível. A maioria dos agentes econômicos locais não tem uma visão sistêmica do arranjo e boa parte das instituições participa do projeto apenas formalmente, influenciada pela “moda” do desenvolvimento local integrado e sustentável. Não se observa uma articulação integrada de ações entre os “ditos” parceiros do desenvolvimento.

Como ressalta Melo (2004, p. 28), “não existe nenhuma matriz coordenada de ações, respaldada por um processo de planejamento estratégico, que tenha como objetivo a promoção da competitividade local e a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade”.

Dessa forma, pode-se dizer que a ausência de ações mais coletivizadas, um envolvimento maior das instituições locais e a falta de articulação entre as ações realizadas têm impedido a existência (ou têm sido consequência) de uma força de coordenação mais efetiva no arranjo produtivo de Tobias Barreto.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações ocorridas nos processos produtivos, desde os anos 1970 e 1980, aliadas ao declínio de regiões fortemente industrializadas e à rápida ascensão econômica de novas regiões chamam a atenção para o “local” como novo cenário econômico, político e social, exigindo um novo direcionamento de estratégias públicas e privadas em relação aos diversos espaços territoriais.

Sob esse novo ambiente competitivo, intensivo em conhecimento, globalizado produtivamente e em constante mudança, surgem novas experiências de desenvolvimento econômico, como os distritos industriais, *clusters*, arranjos e sistemas produtivos locais, que priorizam os aspectos intangíveis (capital social, conhecimento, P&D, aprendizagem) da produção, na geração de emprego e renda.

Em Tobias Barreto, a tradição na produção de confecção e bordado, o espírito empresarial aguçado da população, a disponibilidade de mão-de-obra especializada e a vocação comercial do município, nucleada pela Feira da Coruja, possibilitou o desenvolvimento de um arranjo produtivo local. Contudo, esse aglomerado industrial encontra-se, ainda, em estágio incipiente de desenvolvimento, carecendo de diversas ações que lhe permitam dar um salto de qualidade e evoluir para um sistema produtivo local.

Nos últimos três anos, após a implantação do Projeto Sebrae/Promos de desenvolvimento local, algumas instituições, particularmente o Sebrae, têm procurado desenvolver ações que visam adensar os elos do setor de confecção, estimular o potencial empreendedor da comunidade local e o surgimento de novas formas de geração de emprego e renda, através da qualificação técnico-organizacional de trabalhadores e produtores. O processo de qualificação, no entanto, deve ser estendido aos representantes das instituições parceiras, para que seja criada uma visão sistêmica do arranjo produtivo e para que haja uma interdependência de ações.

Deve-se assinalar que todas as medidas empregadas para modificar a realidade econômica e social de Tobias Barreto não podem prescindir do fator tempo. Embora o município possua uma longa tradição na produção de confecções e bordados, a formação, amadurecimento e consolidação de uma nova cultura produtiva, baseada na cooperação entre empresas e na introdução constante de inovações, requer um longo caminho a percorrer e a persistência das instituições e gestores locais para a transformação dessa realidade.

Dentre os fatores a serem trabalhados, a construção de um verdadeiro capital social é imprescindível para o êxito e evolução do arranjo. Vale lembrar que um projeto de desenvolvimento local requer uma grande dosagem de cooperação entre empresários do setor, de setores correlatos, entidades representativas, prefeituras, universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais etc. Neste sentido, observa-se

que o Sebrae não tem poupado esforços para intensificar as formas de cooperação presentes no arranjo produtivo e fortalecer o seu capital social, que ainda é muito frágil.

Do ponto de vista do capital humano, é premente a necessidade de melhorias substanciais dos níveis de escolaridade e da formação profissional dos atores envolvidos com a produção, objetivando criar processos permanentes de inovação. A qualificação dos agentes econômicos locais deve ter como premissa a incorporação de novos valores aos processos de produção e gestão, possibilitando ver a inovação, o aprendizado e a cooperação como fatores de competitividade para as empresas e elementos estratégicos para a penetração de novos mercados.

Em relação aos aspectos produtivos e de mercado, uma das medidas capazes de dinamizar o arranjo produtivo de Tobias Barreto está no aprofundamento da especialização da produção e no gradual *upgrading* da produção, com melhoria da qualidade dos produtos. Essas ações devem estar coordenadas com melhorias nas técnicas de gestão empresarial, para que não haja um descompasso entre produção e vendas.

Uma das grandes dificuldades para a promoção do arranjo produtivo de Tobias Barreto está na captação de recursos e financiamento da produção, dada a estrutura empresarial local marcada pela informalidade das empresas. Acredita-se que este gargalo poderia ser superado com políticas públicas efetivas e integradas às demais ações do arranjo, através de parceria firmada, sobretudo, mas não exclusivamente, com o Banco do Estado de Sergipe – Banese⁹ (não privatizado), que, por estar mais próximo da realidade produtiva local, poderia disponibilizar linhas especiais de crédito voltadas para as micro e pequenas empresas

do setor de confecção, visando dar suporte às ações produtivas da iniciativa privada. Ademais, a disponibilidade dessas linhas de crédito, poderia ter como contrapartida a indução à formalização das empresas, que dinamizaria o desenvolvimento do arranjo produtivo e aumentaria a arrecadação fiscal do Estado.

A necessidade de maior participação do poder público também fica evidente quando se analisa a importância da Feira da Coruja no desenvolvimento econômico do município. Esta Feira representa o elemento nuclear do arranjo produtivo de Tobias Barreto, por reunir a grande maioria dos produtores e comerciantes, proporcionar a interação entre eles e com os clientes, enfim, por ser um espaço propício ao desenvolvimento de práticas cooperativas e de aprendizado interativo, favorecendo a inovação.

Entretanto, fica evidente que alguns vínculos institucionais ainda estão por ser criados e que falta em Tobias Barreto uma maior articulação entre as ações desenvolvidas e um maior comprometimento das instituições parceiras. Dessa forma, um outro grande problema verificado no município diz respeito à governança local.

A gestão do projeto Promos de desenvolvimento local, executada pelo Sebrae, apesar de cumprir a função de coordenação do arranjo produtivo, não tem o propósito de assumir a sua governança, mas a finalidade de desencadear um processo de desenvolvimento autônomo e sustentável. Porém, o atual estágio do arranjo produtivo de Tobias Barreto exige que essa coordenação seja exercida efetivamente por uma instituição capaz de mediar conflitos, articular ações e pôr em marcha um verdadeiro processo de desenvolvimento local. Dessa forma, acreditamos que, somente a partir da intervenção direta do setor público, com o exercício de parcerias e com a ênfase em programas que complementem e estimulem os esforços das organizações privadas, seja possível transformar o desenvolvimento de Tobias Barreto em um processo cooperativo e viável.

⁹ Além do Banco do Estado de Sergipe, o Arranjo Produtivo de Tobias Barreto conta com outras instituições de crédito e financiamento que apóiam as empresas locais, a saber: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica. Contudo, como estas instituições têm uma atuação regional/nacional acredita-se que o Banese poderia desenvolver uma política de crédito mais focalizada para as empresas locais.

Abstract

The present article examines the importance of the territorial proximity and the relationship between firms and institutions for the economic development of a determined region. It looks for a rescue of the theories of regional development and presents the historical transformations that had made to emerge the theories of local economic development. It displays the essential factors for any strategy of economic development of local base and analyzes the recent development of the city Tobias Barreto, searching to reflect if the actions implemented in that city have been capable to promote a true economic and social development.

Key words:

Local economic development; Local productive arrangement; Industrial agglomerations.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. **Capacitação, sensibilização e informação em arranjos e sistemas de MPME**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. (Nota técnica, 1.2).

_____. **Globalização e espacialidade: o novo papel do local**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (Nota técnica, 04).

_____; BRITO, J. (Orgs.). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redsist>>. Acesso em: 15 fev. 2003.

ALBUQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. **Revista de La Cepal**, Santiago de Chile, n. 82, abr. 2004.

_____. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Tradução: Antônio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 14, dez. 1996.

_____. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, jun. 2001.

_____. *et al.* Núcleos e arranjos Produtivos locais: casos do Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PARA SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MPME. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2002.

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

AMORIM, M. A.; MOREIRA, M. V. C.; IPIRANGA, A. S. R. A construção de uma metodologia de atuação nos arranjos produtivos locais (APLs) no Estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2003, Mato Grosso do Sul. **Anais...** Mato Grosso do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/monica.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2004.

BARQUERO, A. V. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

_____. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. Tradução Ricardo Brinco. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, ano 16, n. 1, p. 221-241, 1995.

BARRETO JÚNIOR, E. R. Reflexões sobre políticas públicas locais para o desenvolvimento do Município de Aracaju. In: FALCÓN, M. L. de O.; HANSEN, D. L.; BARRETO JÚNIOR, E.

R. (Orgs.). **Cenários de desenvolvimento local:** estudos exploratórios. v. 2. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003.

BARROS, A. R. Raízes históricas das idéias que subsidiam as políticas de *clustering*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 1, jan./mar. 2002.

BECATTINI, G. El distrito marshalliano: una noción socioeconómica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **Las regiones que ganan distritos y redes:** los nuevos paradigmas de la geografía económica. España: Alfons el Magnánim, 1994.

_____. Distritos industriais na Itália. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos:** o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BENITEZ, R. M. O capital social fixo como insumo do desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 143-157, abr./jun. 1998.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** Tradução Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRITO, A. F. de; BONELLI, R. Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas subnacionais no Brasil. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 492, jun. 1997.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

CANUTO, O. Aprendizado tecnológico na industrialização tardia. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 2, p. 171-189, ago. 1993.

CARVALHO, E. B. S. **A abordagem de clusters no fortalecimento do setor de serviços:** um atalho para a competitividade e o

desenvolvimento econômico. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. Disponível em: <<http://www.banconordeste.gov.br/ProjIrriga/html/iconsulta.html>>. Acesso em: 15 jul. 2002.

_____. Estímulo à estratégia cooperativa como condição para o desenvolvimento local. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 3, p. 384-395, jul./set. 2000.

CASSIOLATO, J. E.. Aglomerações cadeias e sistemas produtivos e de inovações. **Revista Brasileira de Competitividade**, ano 1, n. 1, abr./jun. 2001a.

_____; LASTRES, H. M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 103-136, 2001b.

_____; LASTRES, H. M. M.; SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Nota técnica, 27).

_____; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CEPAL. Estudo econômico da América Latina: 1949. In: BIELSCHOWSKI, R. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2 v.

CIMOLI, M.; DOSI, G. Tecnología y desarrollo: algunas consideraciones sobre los recientes avances en la economía de la innovación. In: GOMEZ; SANCHEZ; PUERTA. (Orgs.). **El cambio tecnológico hacia el nuevo milenio:** debates y nuevas teorías. Barcelona: Icaria, 1992.

CLARK, C. **The condition of economic progress.** London: Macmillan, 1951.

DINIZ, C. C. **Global-local: interdependência e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil.** Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 15 jul. 2001.

DOSI, G. Institutions and markets in a dynamic world. **The Manchester School**, Manchester, v. LVI, n. 2, jun. 1988.

FEITOSA, C. O. **A formação de sistemas industriais localizados como fator de desenvolvimento regional: o caso do pólo de confecções e bordados de Tobias Barreto.** São Cristóvão. 73f. 2002. Monografia (Graduação em Economia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2002.

GALVÃO, A. C. F. Inovação e desenvolvimento regional: alguns elos da discussão recente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. 4, p. 387-405, out./dez. 1998.

GALVÃO, O. J. de A. Por uma nova política de desenvolvimento regional: a experiência internacional e lições para o Brasil. In: CONGRESSO DOS ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 1998, Macau, **Anais...** Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 15 jun. 1999.

GORAYEB, D. S. **Políticas para aglomerações setoriais de pequenas empresas: algumas reflexões.** 187 f. Campinas. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

HADDAD, P. R. **Problemas de implementação de um cluster.** Aracaju: Sebrae/Promos, 2001. Mimeogr. (Texto phorum, 2).

HANSEN, D. L. Educação e desenvolvimento local. In: FALCÓN, M. L. de O.; HANSEN, D. L.; BARRETO JÚNIOR, E. R. (Orgs.). **Cenários de desenvolvimento local: estudos**

exploratórios. v. 1. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003.

_____. Espaço local e os novos processos de desenvolvimento econômico. In: SILVA, N. P. da; HANSEN, D. L. (Orgs.). **Economia regional e outros ensaios.** Aracaju: Ed. da UFS, 2001.

HEVIA, A. E. Planificación estratégica territorial y políticas públicas para el desarrollo local. **CEPAL-SÉRIE Gestión Pública**, Santiago de Chile, feb. 2003.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Trad. Laura Schlaepfer. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

JACCOUD, L. Experiências internacionais em política regional: o caso da França. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 815, ago. 2001.

LASTRES, H. *et al.* **Globalização e inovação localizada.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (Nota técnica, 01/98).

LE MOS, C. **Inovação em arranjos e sistemas de MPME.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. (Nota técnica, 1.3).

_____. Inovação na era do conhecimento. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 8, p. 157-179, mai. 2000.

LIMA, A. L. de C.; LOIOLA, E.; MOURA, S. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 4, p. 986-1007, out./dez. 2000.

LUNDVALL, B. Políticas de inovação na economia do aprendizado. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 10, mar. 2001.

MACULAN, A.; CARLEIAL, L. **Aprendizado e interações em pequenas empresas selecionadas: uma abordagem de sistemas**

nacional e regional de inovações. [S. l.]: ANPEC SUL, 1999.

MAGALHÃES, R. S. A nova economia do desenvolvimento local. In: CONFERÊNCIA DA WORK AND LABOUR NETWORK, 2., 2000, Rio de Janeiro, **Anais...** Disponível em: <<http://www.novainteligencia.org.br>>. Acesso em: 15 jul. 2001.

MARKUSEN, A. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. Tradução: William Ricardo de Sá. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, dez. 1995.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MELO, R. L. de. **O arranjo produtivo de confecções de Tobias Barreto/SE**. Aracaju: [s. n.], 2004.

_____. **Diagnóstico da cadeia têxtil-confecções de Sergipe**. Aracaju: Fórum da Competitividade de Sergipe, 2002.

_____. Economias de escala, externalidades e desenvolvimento regional. In: SILVA, N. P. da; HANSEN, D. L. (Orgs.). **Economia regional e outros ensaios**. Aracaju: Ed. da UFS, 2001.

_____. **Mapeamento da cadeia de confecções de Sergipe**. Aracaju: SENAI-SE, 2001.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Trad. Ewaldo Corrêa Lima. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960. (Textos de economia contemporânea).

ÖZCAN, S. **Institutions, institutional innovation and institutional change in clusters**. Copenhagen: Department of Industrial Economics and Strategy/Copenhagen Business School, 2004.

PAULA, J. A. de.; CERQUEIRA, H. E. A. da G.; ALBUQUERQUE, E. da M. e. Ciência e tecnologia na dinâmica capitalista: a elaboração neo-schumpeteriana e a teoria do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 825-844, 2002.

PAVITT, K. Sectorial patterns of technical change: towards a taxonomy and theory. **Research Policy**, 13. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/00487333>> Acesso em: 20 jul. 2001.

PEROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PIRES, J. M. Economia regional e urbana. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de. **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

PORTER, M. Clusters e competitividade. **Revista Management**, São Paulo, jul. 1999.

POSSAS, M. L. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. In: AMADEO, E. (Org.). **Ensaio sobre economia política moderna**: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ROVERE, R. L. la et al. **Industrialização descentralizada**: sistemas industriais locais estudo do setor têxtil e de confecções. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Nota técnica, 37).

SANTOS, W. F. B. dos. **Relatório geral do setor de confecções de Tobias Barreto**. Tobias Barreto, SE, 2004. Mimeogr.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte.

Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SEBRAE. **Distrito industrial de Tobias Barreto**. Aracaju: UFS, 2000.

_____. **Mapeamento do pólo de confecções de Tobias Barreto**. Aracaju, 2002.

SENGENBERGER, W.; PIKE, F. Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e política. *In*: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. especial, p. 169-183, jul. 1997.

SILVA FILHO, G. E. da; CARVALHO, E. B. S. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. especial, p. 467-482, nov. 2001.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, Harvard, p. 65-94, 1956.

SOUZA, M. C. A. F. de. A especialização flexível e as pequenas e médias empresas (PMEs): algumas notas sobre a visão de Piore e Sabel. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 13, n. 1, p. 316-340, 1992.

_____. BOTELHO, M. dos R. A. A potencialidade da contribuição das redes de pequenas empresas para o desenvolvimento local. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, **Anais...** Disponível em: <<http://www.sep.org.br/>> Acesso em: 15 jun. 1999.

SUZIGAN, W. *et al.* Aglomerações industriais no Estado de São Paulo. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 5, n. 4, 2001.

YOGUEL, G. Creación de competencias en ambientes locales y redes productivas. **Revista de La Cepal**, Santiago de Chile, n. 71, ago. 2000.

_____. **Desarrollo del proceso de aprendizaje de las firmas: los espacios locales y las tramas productivas**. Mangaratiba, RJ: UFRJ, 1998. (Nota técnica, 34/99).

ZANCHETTI, S. M.; LACERDA, N. A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local: avaliação do caso do bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 8-24, jan./mar. 1999.

Recebido para publicação em 25.MAI.2005.